

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TÉCNICO CIENTÍFICO DE POLÍCIA
COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR
Jose Ailton da Silva
CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL
NOME
001.229.710
DATA DE EXPEDIÇÃO
11/07/2012

FILIAÇÃO
JOSE AILTON CACIANO DA SILVA

NATURALIDADE
JOSE CACIANO DA SILVA
SVERINA SILVINA DA SILVA

DOC. BARAUNA RN
DATA DE NASCIMENTO
14/07/1970

CPF
722.827.034-72
CERT. DE NASCIMENTO L-A 10 F-159 RG-4047
BARAUNA RN-1 CARTÓRIO

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/05/83
2a. VIA

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
722.827.034-72

Nome
JOSE AILTON CACIANO DA SILVA

Nascimento
14/07/1970

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
756F.1DDF.E798.5F1E

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 14:28:25 do dia 10/07/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 04

9.8170-0593



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

Eu, Jose Ailton Gaciano da Silva, brasileiro, solteiro,
agricultor, com CPF nº 422.827.034-72, residente na
Rua Galdino Filho nº 45, BAIRRO: Pintos,
mossoiro-RN, DECLARA, sob as penas da lei que é isento
de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes,
fazendo presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei
7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e
cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o
presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro-RN, em 02 / junho / 2020.

Declarante: Jose Ailton Gaciano da Silva

CP - Decreto Lei nº 2.846 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omítir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Jose Ailton Caviano da Silva, brasileiro(a)-
solteiro, agricultor, portador do RG nº 001.229.710, e do
CPF nº 722.827.034-72, residente na
RUA: Galdino Filho, BAIRRO:
Pintos, cidade Mossoró - Rio Grande
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN
7.469, podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986,
Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em
geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na
Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar,
assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar
quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo,
receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação,
apresentar recurso e contra razões, junto bem como, substabelecer
esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará
judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento,
representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar
apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao
Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o
direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos
necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 08 / 06 / 2020.

Outorgante: Jose Ailton Caviano da Silva.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante José Ailton Luciano da Silva, brasileiro(a) solteiro, agricultor, portador do CPF: 722.827.034-72, residente na Rua: Galdino Filho, 45, Bairro: Pintos, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;

2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à **30% (trinta por cento)**, sob o valor da condenação, **independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;**

3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula **"ad exitum"**;

4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à **30% (TRINTA POR CENTO)** sob o valor da causa;

5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 08/06/2020.

Contratante: x 72051 205128

Contratado:

OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____



DECLARAÇÃO DE POBREZA

Jose Hilton Caviano da Silva, brasileiro(a), maior, requerente
portador do RG nº 001.229.710, e do CPF 722.827.034-72, residente na
Galdino Filho, na Cidade de Mossoró - Rio Grande do
Norte. Declara nos termos da Lei n. 1.060/50, que é pobre na forma
da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na
Comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte. Afirma ainda
ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a
verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Comarca de Mossoró-RN em 08 / 06 / 2020.

Declarante: JOSE HILTON CAVIANO DA SILVA

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



Verão com Segurança

Mantenha as instalações elétricas em bom estado.

Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Mermoz, 150. Baldo, Natal - RN. CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

CIANO DA SILVA

4 NIS 20908592854

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA GALDINO FILHO 45 LADO CONJUNTO
VINGT ROSADO
PINTOS/AREA URBANA
MOSSORO RN
59626-030



CONTA-CONTRATO 0851513183 **MES/ANO** 04/2020

DATA DE VENCIMENTO 06/05/2020 **DATA PREVISTA PROXIMA LETURA** 27/05/2020

TOTAL A PAGAR (R\$) 1,83

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
SO até 30 kWh	30,0000000	0,00000003	0,00
SO superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,00000002	0,00
SO superior a 100 até 220 kWh	84,0000000	0,00000001	0,00
TE até 30 kWh	90,0000000	0,00000003	0,00
TE superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,00000002	0,00
TE superior a 100 até 220 kWh	84,0000000	0,00000001	1,30
trasp-NF 038357931 - 27/02/20			0,53
trasp-NF 038357931 - 27/02/20			



 Estado do Rio Grande do Norte Prefeitura Municipal de Mossoró Secretaria Municipal de Saúde			
Unidade:		UPA TARCISIO DE VASCONCELOS MAI/	
DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/Nº REGISTRO: 172347		Atendimento Nº: 72802-7	
Nome: JOSE AILTON CACIANO DA SILVA		Idade: 14/07/1970 (49a 8m)	Sexo: Masculino
Cartão SUS: 700906979076090	Nome da Mãe: SEVERINA SILVINA DA SILVA		Profissão: AJUDANTE
Endereço (Rua/Av.): ABEL FERNANDES DO NASCIMENTO		Nº: 254	Complemento:
Bairro: ALTO DA PELONHA	Cidade: () MOSSORÓ/RN	Estado:	Telefone: 8777-1982
Clinica: CLINICA MEDICA	CPF DO PACIENTE: ()	Data: 22/03/2020	Hora: 8:34
Motivo da Procura: PRONTO ATENDIMENTO	Rubrica Servidor: RENE OLIV.		
Assinatura do Paciente:			
<input type="checkbox"/> Emergência <input type="checkbox"/> Urgência <input type="checkbox"/> Não Urgência <input type="checkbox"/> Acidente de Trabalho <input type="checkbox"/> Acidente de Trânsito			
Acolhimento com classificação de risco: 500			
Queixa: Queda de moto agora			
Antecedentes Alérgicos: Não			
HAS ()	DM: (N)	Assinatura: 648165.886	Classificação: 05
ANAMNESE:			
Reflexo quando de queda com			
do e junto ao veículo			
EXAME FÍSICO:			
Peso: _____	Temperatura: _____	F.C.: _____	PA: 120/70 mmHg
SpO2: _____	HGT: _____	Glasgow: _____	
<input type="checkbox"/> Laboratório: _____ <input type="checkbox"/> Radiológico: _____ <input type="checkbox"/> ECG <input type="checkbox"/> Outros: _____			
Hipótese de Diagnóstico:			CID:
Condução: <input type="checkbox"/> Medicação <input type="checkbox"/> Observação <input type="checkbox"/> Laudo para AIH			Médico: (Carimbo e Assinatura) Dra. Kelly do Alencar
Saída: Data/Hora ____/____/____ às ____:____ h. <input type="checkbox"/> Alta referido para UBS <input type="checkbox"/> Óbito			
<input type="checkbox"/> Outra Unid. Urgência <input type="checkbox"/> Especialidade <input type="checkbox"/> Internação no Hospital:			



① Walton (ap) / Ju
② Depuista (ap) / Ju

UPA - FARMACIA
ENTREGUE

Dra. Kátia do Vale
Médica
CRM 8941/RN

9:10



Esta é sua **Carteira de Trabalho - CTPS**, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Peça sua importância, e seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

VISITE O PORTAL MTE: WWW.MTE.GOV.BR

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

124.41318.64-2

8667910

0030

RN

7052 Alt. n 205220



L	E	C	E	N	D	A
1. NAME (SURNAME, FIRST NAME, MIDDLE NAME) (1. DATA DE NASCIMENTO)						
2. PASSPORT (2. PASSAPORTE)						
3. SEX (3. SEXO)						
4. DATE OF BIRTH (4. DATA DE NASCIMENTO)						
5. NATIONALITY (5. NACIONALIDADE)						
6. ADDRESS (6. ENDEREÇO)						
7. SIGNATURE (7. ASSINATURA)						

[illegible]

NAME _____
DOCUMENTO _____

INFORMACION PERSONAL

NUMERO DE IDENTIFICACION _____

ASSOCIATE CAMPUS CO-ORDINATOR

DOCUMENTO

NOME

REGISTRO DE NASCIMENTO

DATA DE NASC. DE _____ PARA _____

DOCUMENTO _____

ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRADOR

CARIMBO

ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

JOSE ALTON CACIANO DA SILVA
FILIAÇÃO..... JOSE CACIANO DA SILVA
SEVERINA SILVINA DA SILVA
NASCIMENTO..... 14/07/1970
SEXO: MASCULINO
ESTADO CIVIL..... SOLTEIRO
NATURALIDADE: BARBANA - RN
DOCUMENTO..... C. 1.1239710 0305/1989 SSP RN
LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995
CPF..... 722.827.034-72
CNH.....
TÍT. ELEITOR.....
SEÇÃO.....
ZONA.....
LOCALIDADE DE EMISSÃO: GRTE/EN - 04/06/2012

QUANTIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



OBS: VIDE PAG. 21



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

Registado e
Ao UATM Dr. MONORO
(ortopedico)

Encomendo o paciente José Ailton
C. do Silveira, 49 anos, vítima
de queda de moto na rua
Apresenta dor e limitação de
movimento em ombro D com
hematoma em local

Realizado: volta em 75mg im
opirano 500mg 1ml im
snote

Data: 29/03/2020

Dra. Marina Albuquerque
Assistente de Carimbo

Rua Pedro Alves Cabral, 01 - Aeroporto - Fone: (54) 3315-0048 - Mossoró - RN

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SANE MOSSORÓ

T. Kennedy
SANE / ARQUIVO

mat. 150.343-0





Sistema Único de Saúde
Ministério da Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

2 - CNES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

4 - CNES

Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

8 - DATA DE NASCIMENTO

9 - SEXO

Masc. ☐ 1 Fem. ☒ 3

10 - RAÇA/COR

11 - NOME DA MÃE

12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

DDD

13 - NOME DO RESPONSÁVEL

14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE

DDD

15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

18 - UF

19 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO

20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

fratura fechada com hematoma no antebraço direito.

21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Ant. Acima C. 1º

22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

Ant. + Elom. Fr. + Hx.

23 - DIAGNÓSTICO INICIAL

fratura fechada com hematoma no antebraço direito.

24 - CID 10 PRINCIPAL

25 - CID 10 SECUNDÁRIO

26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

29 - CLÍNICA

30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

31 - DOCUMENTO

() CNS

() CPF

32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

34 - DATA DA SOLICITAÇÃO

35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLENCIAS)

36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - () ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO

38 - () ACIDENTE DE TRABALHO TRAJECTO

39 - CNPJ DA SEGURADORA

42 - CNPJ EMPRESA

43 - CNAE DA EMPRESA

41 - SÉRIE

45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO

() EMPREGADOR

() AUTÔNOMO

() DESEMPREGADO

() APOSENTADO

() NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - Cód. EMISSÃO EMISSOR

52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

48 - DOCUMENTO

() CNS


() CPF

49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)



 <p>GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA</p>	<p>PEDIDO DE EXAME</p>
<p> NOME: <u>for f s</u> MATRÍCULA: _____ </p>	
<p> IDADE <input type="text"/> AMBULATÓRIO <input type="text"/> ENFERMARIA <input type="text"/> </p>	<p> LEITO <input type="text"/> </p>
<p> SEXO <input type="text"/> SAU <input type="text"/> </p>	
<p>NATUREZA DO EXAME: <u>ECG</u></p>	
<p>INDICAÇÃO CLÍNICA:</p>	
<p> DATA: <u>27/11/2020</u> REQUISITANTE: <u>Dr. Káiler Gurgel</u> <small>Ortopedia e Traumatologia</small> <small>CRM: 11293 RQE 3301</small> </p>	
<p>CRM: _____</p>	





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

PEDIDO
DE
EXAME

NOME: <u>Paula J. L.</u>	MATRÍCULA: _____	
IDADE: <input type="checkbox"/>	AMBULATÓRIO: <input type="checkbox"/>	ENFERMARIA: <input type="checkbox"/>
SEXO: <input type="checkbox"/>	SAU: <input type="checkbox"/>	LEITO: <input type="checkbox"/>
NATUREZA DO EXAME: <u>Exame completo</u> <u>Exame de urina (col. de urina)</u> <u>Exame de sangue (col. de sangue)</u>		
INDICAÇÃO CLÍNICA: <u>Glicemia</u>		
DATA: <u>29/07/2020</u>		
REQUISITANTE: <u>Dr. Kéllito Gurgel</u> <u>Ortopedia e Traumatologia</u> <u>CRM: 6156</u>		
CRM: _____		





José Ailton Caviano da Silva

Laudo

Paciente portador de
sequela de fratura do
úmero proximal direito,
apresentando dor aos
movimentos. Perca
total da elevação do
ombro. Paciente não
consegue desempenhar
suas funções profissio-
nais. Solicito auxílio
por tempo indeterminado
junto ao INSS

CID= S42.2

T92

16/08/2020

Fabiano Dantas de Carvalho
Ortopedia e Traumatologia
Ortopedia Pediátrica
TEOT: 15176 - CRMN: 6672





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

José Ailton Caciono do Silva

Laudo

Paciente sofreu acidente
de moto e fraturou
o úmero proximal
direito. Realizar
tratamento conservador
por 4 meses. Hoje encon-
tra-se com sequelas
permanente sem conseguir
elevar o ombro e
apresenta dor aos poucos
movimentos.
Paciente de alta definitiva
da ortopedia.

CID=542.2

16/08/2020

Fabiano Dantas de Carvalho
Ortopedia e Traumatologia
Ortopedia Pediátrica
TEOT: 15176 - CRMN: 6672





GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA

José Ailton Cássio da Silva

Ortopedia-Cirurgia do ombro

- Siguila de fratura
do osso proximal

Urgente!

Fabiano Dantas de Carvalho
Ortopedia e Traumatologia
Ortopedia Pediátrica
TEOT: 15176 - CRMN: 6672

16/08/2020



Jo SUREBI NIR

 SUS SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	Sistema Único de Saúde Ministério da Saúde	LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR
--	---	---

Identificação do Estabelecimento de Saúde	
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE	2 - CNES
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE	4 - CNES

Identificação do Paciente	
5 - NOME DO PACIENTE <i>JOSE ALTON C. DE SILVA</i>	6 - Nº DO PRONTUÁRIO
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	8 - DATA DE NASCIMENTO
9 - SEXO Masc. <input type="checkbox"/> 1 Fem. <input type="checkbox"/> 3	10 - RAÇA/COR
11 - NOME DA MÃE	12 - TELEFONE DE CONTATO DDD Nº DO TELEFONE
13 - NOME DO RESPONSÁVEL	14 - TELEFONE DE CONTATO DDD Nº DO TELEFONE
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)	
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	17 - Cód. IBGE MUNICÍPIO
18 - UF	19 - CEP

JUSTIFICATIVA DA INTERVENÇÃO	
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>Paciente com história de trauma no membro D. Rx. Fr. unguis proximal</i>	
21 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <i>Indicada Cirurgia</i>	
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <i>Rx + Fr. físico</i>	
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fr. unguis proximal</i>	24 - CID 10 PRINCIPAL <i>S92.2</i>
25 - CID 10 SECUNDÁRIO	26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO	
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Osteossíntese de Fr. unguis proximal</i>	28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO
29 - CLÍNICA <i>Ortopédica</i>	30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO
31 - DOCUMENTO () CNS () CPF	32 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE
33 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE <i>Dr. Igo Walewski de Oliveira</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM/RN 6429	34 - DATA DA SOLICITAÇÃO <i>10/09/2020</i>
35 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) <i>Dr. Igo Walewski de Oliveira</i> ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA CRM/RN 6429	

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)	
36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO	39 - CNPJ DA SEGURADORA
37 - () ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO	40 - Nº DO BILHETE
38 - () ACIDENTE DE TRABALHO TRAJETO	41 - SÉRIE
42 - CNPJ EMPRESA	43 - CNAE DA EMPRESA
44 - CBOR	
45 - VÍNCULO COM PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO	

AUTORIZAÇÃO	
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR	47 - Cód. EMISSÃO EMISSOR
48 - DOCUMENTO () CNS () CPF	49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO	51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)
52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR	



Num. 62314144 - Pág. 1

Fls: 1

Visto:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
3ª EQUIPE DE PLANTÃO DE MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00043154/2020

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 26/07/2020 08:33:41 Data/Hora Fim: 26/07/2020 08:33:41
Delegado de Polícia: Antônio Teixeira Dos Santos Júnior

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade de Apuração: 3ª Equipe de Plantão de Mossoró

Data/Hora do Fato: 29/03/2020 07:30

Local do Fato

Município: Mossoró (RN)
Bairro: Rincão
Logradouro: RUA
Complemento: CONJUNTO VINGT ROSADO
Ponto de Referência: BAR DO COQUEIRO
Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: LESÃO CORPORAL CULPOSA NA DIREÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR (ART. 303 DA LEI 9.503/1997 - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: JOSE AILTON CACIANO DA SILVA (COMUNICANTE , VÍTIMA)

Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Masculino

Nasc: 14/07/1970

Idade 50

Profissão: Agricultor

Estado Civil: Solteiro(a)

Nome da Mãe: Severina Silvina da Silva

Nome do Pai: Jose Caciano da Silva

Documento(s)

CPF: 722.827.034-72

Endereço

Município: Mossoró - RN

Logradouro: R Antônio G Filho

Bairro: Rincão

Nº: 97

CEP: 59.626-030

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

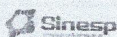
Nacionalidade: Brasileira

Sexo: Feminino

Estado Civil: Sem Informação

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Ciclomotor
Descrição CICLOMOTOR	CPF/CNPJ do Proprietário 104.715.284-39
Placa QGF9647	Renavam 01084733460
Número do Motor JL1P39FMB11T015780	Número do Chassi 951BXKBB8BB015856
Ano/Modelo Fabricação 2011/2011	Cor PRETA
UF Veículo RN	Município Veículo Mossoró/RN
Marca/Modelo TRAXX/JL50 Q2	Veículo Adulterado? Não



Impresso por: Ricardo Batista da Costa

Data de Impressão: 26/07/2020 09:30:23

Página 1 de 2

PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



Fls: 2

Visto:



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
3ª EQUIPE DE PLANTÃO DE MOSSORÓ - RN

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 00043154/2020

Quantidade 1,00 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 22/03/2020	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
Jose Ailton Caciano da Silva	Depositário
Grupo Veículo	Subgrupo Automóvel/Utilitário/Camioneta/Caminhon
Descrição MOTOCICLETA	Cor VERMELHA
Marca/Modelo HONDA	Veículo Adulterado? Não
Quantidade 1,00 Unidade	Situação Meio Empregado
Nome Envolvido	Envolvimentos
Desconhecido 1	Proprietário

RELATO/HISTÓRICO

O COMUNICANTE/VITIMA INFORMA QUE NO DIA E LOCAL ACIMA CITADOS, QUANDO TRAFEGAVA PELA VIA EM SEU CICLOMOTOR FOI FECHADO QUANDO ENTRAVA EM UMA RUA POR UMA MULHER QUE VINHA EM OUTRA MOTOCICLETA E CAIU COM FRATURA NO OMBRO; QUE A ACUSADA PAROU E PERGUNTOU SE ESTAVA BEM; QUE O COMUNICANTE ACHAVA QUE TINHA SIDO SOMENTE UMA PANCADA; QUE DEPOIS FOI ATE O HOSPITAL TARCISIO MAIA E APOS SER FEITA UM RX, FOI CONSTATADO QUE HAVIA FRATURA NO OMBRO COM INDICAÇÃO DE CIRURGIA; QUE SOMENTE AGORA PODE VIR FAZER O BOLETIM DE OCORRÊNCIA; QUE A SUA CIRURGIA ESTA MARCADA PARA O DIA PARA O DIA 03/08/2020 NO HOSPITAL MEMORIAL EM NATAL/RN.

ASSINATURAS

Ricardo Batista da Costa
Agente de Polícia
Matrícula 1525794
Responsável pelo Atendimento

Jose Ailton Caciano da Silva
Comunicante, Vítima

"Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e cliente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro."



Impresso por: Ricardo Batista da Costa
Data de Impressão: 26/07/2020 09:30:23

Página 2 de 2
PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



SINISTRO 3200352886 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE AILTON CACIANO DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial Natal-RN

BENEFICIÁRIO JOSE AILTON CACIANO DA SILVA

CPF/CNPJ: 72282703472

Posição em 03-11-2020 11:06:55

Seu pedido de indenização está em análise na Seguradora Líder-DPVAT.

O prazo regulamentar para conclusão da análise é de até 30 dias, caso a documentação esteja completa e não haja necessidade de informações adicionais. Por favor, aguarde e continue acompanhando o processo neste site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
28/10/2020	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

Histórico das correspondências enviadas		
Data da Carta	Referência	Ver Carta
15/10/2020	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	
08/10/2020	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Seguro obrigatório - DPVAT]

Processo nº: 0817554-90.2020.8.20.5106

AUTOR: JOSE AILTON CACIANO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Verifica-se que na petição inicial e nos documentos apresentados (ID nº 62314136, 62314139 e 62314145) constam divergências acerca da data e horário de ocorrência do acidente.

Assim, com fulcro no art. 321 do CPC, determino seja emendada a inicial, sanando-se as irregularidades apontadas, juntando, inclusive, documentos em que constem a data/hora correta, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento.

Intime-se. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 3 de novembro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



em anexo



MOSSORÓ ADVOGADOS & ASSOCIADOS

Wamberto Balbino Sales

Kelly Maria Medeiros do Nascimento

Rua Antônio Vieira de Sá, 986, Aeroporto

Mossoró – Rio Grande do Norte

**EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MOSSORÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.**

Processo nº 0817554-90.2020.8.20.5106

Autor: José Ailton Cassiano da Silva

Douto Julgador. (a),

José Ailton Cassiano da Silva, já devidamente qualificado nos autos da presente ação, a qual tramita perante este juízo, em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A., por intermédio de sua bastante procuradora que a esta subscreve, vem perante Vossa Excelência, em atendimento a despacho proferido nos autos cadastrado sob o Id 62324343, expor e ao final requerer o seguinte:

Com relação a divergência de informações apresentadas entre os documentos anexados e a inicial, aduz o promovente que no dia 22.03.2020, foi vítima de acidente de trânsito e atendido em uma Unidade de Ponto Atendimento, Tarcísio de Vasconcelos Maia, conforme boletim de atendimento médico cadastrado sob o id 62314146, ocasião em que foi medicado e recebeu alta médica. Ocorre que cerca de uma semana após o referido episódio sentiu fortes dores na região do ombro, sendo encaminhado ao Hospital Regional Dr. Tarcísio de Vasconcelos Maia, sendo constatado uma fratura de úmero, lado direito, sendo necessário intervenção cirúrgica, conforme documentos anexados e cadastrado sob o id 62314146.

Quanto ao boletim de ocorrência policial na ocasião da realização do referido documento houve um equívoco quanto a data do sinistro, no entanto, tal afirmação pode ser comprovada pelo primeiro boletim de atendimento médico, expedido pelo Unidade de Pronto Atendimento – Tarcísio de Vasconcelos Maia. No que diz respeito a informação da data do sinistro ter sido feita de forma errônea na inicial, o patrono afirma tratar-se de vício sanável, não prejudicando



o mérito da questão, uma vez que a demanda foi devidamente instruída com todos os documentos comprobatórios, sendo assim, objetivando retificar o supramencionado documento, onde se lê: [...] fato corrido no dia 29 de março de 2020, por volta das 07h30min [...], leia-se a partir de então [...] fato ocorrido no dia 22.03.2020, por volta das 07h30min [...].

Frise-se que todos os documentos que comprovam o sinistro estão anexos ao feito, no intuito de instruir a lide, e dirimir qualquer dúvida existente, conforme solicitado.

Pelo exposto requer a retificação da data do sinistro anteriormente informada na inicial como 29.03.2020, passando a ser 22.03.2020, pugnando ainda pelo prosseguimento do feito, por ser questão da mais lúdima justiça.

**Nestes termos,
Pede deferimento.**

Mossoró-RN, 13 de novembro de 2020.

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento
-OAB/RN 7469-**





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva, Mossoró-RN - CEP 59625-410

Processo nº: 0817554-90.2020.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Parte Autora: JOSE AILTON CACIANO DA SILVA

Parte Ré: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CERTIDÃO

Certifico que a petição ID62753344 foi apresentada tempestivamente.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 19 de novembro de 2020

FRANCISCO GILVAN SILVA

Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

NESTA DATA, faço conclusão destes autos.



Mossoró/RN, 19 de novembro de 2020

FRANCISCO GILVAN SILVA

Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnebeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0817554-90.2020.8.20.5106

AUTOR: JOSE AILTON CACIANO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Tendo em vista a crise sanitária atual, devido à pandemia do novo coronavírus, a autocomposição, se de interesse, deverá ser providenciada, através dos autos, independentemente da realização de audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 23 de novembro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0817554-90.2020.8.20.5106

AUTOR: JOSE AILTON CACIANO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. **Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.**



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Tendo em vista a crise sanitária atual, devido à pandemia do novo coronavírus, a autocomposição, se de interesse, deverá ser providenciada, através dos autos, independentemente da realização de audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 23 de novembro de 2020.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



ciente do despacho cadastrado sob o id 63035487

